

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022

**MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM**

**Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO**

### **DA SESSÃO VIRTUAL DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**Dia: 26 DE OUTUBRO DE 2022**

**Horário: 09 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)**

**Endereço Virtual: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)**

**Envio de Propostas/Documentos: ATÉ ÀS 08H E 55MIN DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2022.**

### **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**EVANIR WOLFF**, Prefeito Municipal de Tapejara, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09 horas**, do **dia 26 de outubro de 2022**, na sala de Licitações, localizada nas dependências do Centro Administrativo “Padre Raimundo Damin”, sito à Rua do Comércio, nº 1468, Centro, na cidade de Tapejara - RS se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 2122/2022, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, para licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de **UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA DIVERSAS SECRETARIAS**, com entrega parcelada, dos bens descritos no Anexo I, de acordo com as necessidades do Município, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos Municipais nº 3.183/2006, de 13 de novembro de 2006 e nº 3.832, de 04 de Fevereiro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia **26 de outubro de 2022**, às **09 horas**,

podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h55min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

## **1. OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente licitação a aquisição de **UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA DIVERSAS SECRETARIAS**, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

**1.2.** Os materiais licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme ordem de fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Tapejara. Emitida a ordem, o fornecedor terá até 10 dias para realizar a entrega, que deverá ser realizada no Almoxarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 h.

## **2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**2.1.** Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “*PREGÃO ELETRÔNICO*” através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**2.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**2.1.2.** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**2.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Tapejara, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**2.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

### **3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**3.2.1** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

**3.2.2** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 11.2, deste edital.

**3.3.** Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **duas horas**.

### **4. PROPOSTA**

**4.1.** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes da Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**4.5.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou

logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

## **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

**5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;**

### **5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);**
- d) decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **5.1.3 REGULARIDADE FISCAL**

- a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);**
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**
- f) Comprovante que a licitante não sofreu sanções** das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a

Administração Pública (CEIS), disponível no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

**g) Certidão negativa de falência, ou concordata**, ou recuperação judicial, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

#### **5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA**

**a)** prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**5.2.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.2.1.** A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.2.2.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

### **6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**6.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**6.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

**6.3.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

## **7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**7.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais;
- c)** contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**7.3.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**7.4.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**7.5.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**7.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**7.6.1** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.6.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.6.4.** O intervalo mínimo de **diferença de valores entre os lances será definido pela Pregoeira**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

## **8. MODO DE DISPUTA**

**8.1.** Será adotado o modo de disputa **aberto/fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

**8.2.** A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos, improrrogáveis.

**8.3.** Encerrado o prazo do item 8.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente

dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.4.** Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 8.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.5.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 8.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**8.6.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4 e 8.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de acordo com a melhor vantagem.

**8.7.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4 e 8.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.6.

**8.8.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.7.

**8.9.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.10.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) .

## **9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**9.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

**9.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**9.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

**9.1.4.** O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

**9.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

## **10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**10.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

**10.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**10.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## **11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**11.2.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**11.4.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**11.3.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

## **12. RECURSO**

**12.1.** Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

**12.2.** Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**12.3.** Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

**12.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**13.3.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

#### **14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**14.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato no prazo estabelecido no edital.

**14.2.** Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 14.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.

**14.3.** As certidões referidas nos itens 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**14.4.** O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**14.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

**14.6.** A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

#### **15. PRAZOS**

**15.1.** O prazo de entrega do(s) produto(s) não poderá ser superior a 10 (dez) dias contados a partir da emissão do(s) empenho(s), podendo ser prorrogado por igual período.

**15.2.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

#### **16. EMPENHOS**

**16.1.** O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da autorização de compras ou contrato.

**16.2.** A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda.

**16.3.** Na nota de empenho constará, **obrigatoriamente**, o número do processo licitatório que deu origem, o objeto do serviço, o(s) valor(es), local(ais) de entrega (quando não especificados no edital) e o prazo de entrega.

## **17. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**17.3.** O prazo de entrega integral dos produtos é de até 10 (dez) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período.

**17.2.** Os materiais deverão ser entregues no Almojarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 8h às 12h e das 13h e 30min às 17h e 30min.

**17.3.** Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**17.4.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

**17.5.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

**17.6.** O recebimento do material, objetos desta licitação, será feito pelo fiscal do Contrato, que será designado posteriormente, que fará o recebimento nos termos do art. 73, inc. II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) **provisoriamente**, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade, características e quantidades das mercadorias e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

## **18. PENALIDADES**

**18.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição garantidos a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

- b) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fazer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I – Multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor não adimplido do contrato por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.

II – Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor não adimplido do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de um (01) ano.

III – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de dois (02) anos.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública no caso de má fé, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados.

**§ 1º** - Dentre outros, os seguintes motivos sujeitam a CONTRATADA às penalidades tratadas na condição prevista no *Caput*:

- a) Recusa injustificada em receber a nota de empenho;
- b) Atraso na entrega, em relação ao prazo proposto e aceito;
- c) Pelo descumprimento dos preceitos estabelecidos no Edital e/ou no contrato;
- d) Pela recusa em substituir o produto defeituoso, que vier a ser rejeitado no recebimento, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias;
- e) Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estabelecidos neste edital e em sua proposta;

**§ 2º** - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

**§ 3º** - A critério do Município, na ocorrência de multa, o valor poderá ser descontado dos valores a serem pagos.

**18.3.** A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente a autorização de compras e aplique as outras sanções previstas na lei.

**18.4.** A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**18.5.** A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.

**18.6.** As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**18.7.** Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

18.7.1 – Pela Administração, quando:

- a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

18.7.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

**18.8.** A comunicação do cancelamento ou da suspensão da autorização de compras, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem a autorização de compras.

**18.9.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança, após a entrega e conferência dos materiais.

19.2. Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

19.3. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

19.4. Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente a mercadoria entregue ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 46/2022.

19.5. No caso de atraso de pagamento pela CONTRATANTE, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

19.6. Quando requerido pela administração Municipal, a CONTRATADA obriga-se a apresentar os documentos acima relacionados no formato original (no caso de não ser gerado na internet).

19.7. A falsificação de qualquer documento aqui listado ensejará o responsável em crime previsto na legislação.

## **20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão igualmente divulgadas no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

## **21. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do seguinte código, constante no orçamento programa para 2022:

104.05.01.20.122.0007.2021.3.3.3.90.,30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

84.04.01.04.123.0006.2019.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

347.09.01.10.122.0012.2066.3.3.3.90.30.000000.0040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

177.06.01.12.361.0107.2036.3.3.3.90.30.000000.0020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

29481.14.02.13.392.0112.2052.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO.

449.13.01.08.122.0013.2084.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

26.02.01.04.122.0002.2006.3.3.3.90.30.000000.0001 – GABINETE DO PREFEITO.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**22.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

**22.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**22.3.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

**22.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Tapejara, 13 de outubro de 2022.

Evanir Wolff

Prefeito Municipal de Tapejara

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_\_.

---

LEONARDO FRIGERI OAB/RS 111697  
Procurador Jurídico

**\*REFERENTE AO PE Nº 46/2022**

## ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS:

Os materiais a serem adquiridos, devem seguir as especificações a seguir descritas:

Item	Descrição	Un	Quantidade e Mínima Aceitável	Quantidade Máxima Aceitável
1	AÇUCAREIRO EM VIDRO DIMENSÕES MÍNIMAS DE 8 X 7 X10 CM, COM COLHER E TAMPA	UN	1	8
2	AMASSADOR DE BATATAS EM AÇO INOX, 26 CM COMPRIMENTOS E 08 CM DE DIÂMETRO.	UN	1	12
3	BACIA EM PLÁSTICO 28 LITROS NÃO RECICLÁVEL, RESISTENTE.	UN	1	95
4	BALANÇA DIGITAL ADULTO, CAPACIDADE 150K ACABAMENTO ESMERADO, LINHAS MODERNAS E FUNCIONAIS, TAPETE ANTI-DERRAPANTE EM BORRACHA, PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA, VOLTAGEM 220 V, MEDIDAS DO VISOR 20 CM x 14 CM, DISPLAY COM 5 DÍGITOS, FUNÇÃO DA TECLA TARA NO PAINEL TRASEIRO	UN	1	5
5	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL (PARA ALIMENTOS), RESIDENCIAL DE ALTA PRECISÃO, BIVOLT (110 OU 220), COM CAPACIDADE ATÉ O MÁXIMO 40 KG, COM ESCALA DE SENSIBILIDADE DE 2 GRAMAS	UN	1	15
6	BALEIRO MATERIAL DE VIDRO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 ML, COM TAMPA, DIMENSÕES MÍNIMAS DA PEÇA 12 X 9 CM	UN	1	6
7	BANDEJA BRANCA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA 7,5 CM, LARGURA 29,6 CM, COMPRIMENTO 43,5 CM	UN	1	139
8	BANDEJA RETANGULAR Em inox , medindo aproximadamente 48 x 32 cm	UN	1	86
9	BANHEIRA PARA BEBÊ EM PLÁSTICO CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LITROS, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 76,9X47X21,3 CM (CM X LARGURA X ALTURA)	UN	1	17
10	BULE DE ALUMÍNIO - 5 LITROS COM TAMPA E CABO	UN	1	2
11	BULE DE ALUMÍNIO - 7 LITROS COM TAMPA E CABO	UN	1	2
12	Bacia em plástico não reciclável resistente capacidade de 20lts.	UN	1	110
13	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE MÍNIMA DE 8,5 LITROS MATERIAL POLIETILENO, ISOLANTE POLIURETANO (PU), COM TERMOMÉTRIO DIGITAL MÁXIMO E MÍNIMO, FAIXAS DE TEMPERATURA -50°C + 70°C, MEDIDAS MÍNIMAS EXTERNAS: A X L X C: 28x28x33 cm	UN	1	24
14	CANECA DE VIDRO COM ALÇA - 300ML De vidro transparente, 11,1X8X8,9	UN	1	728
15	CANECAS DE INOX 250ML com alça no mesmo material.	UN	1	302
16	CHALEIRA EM ALUMÍNIO 4,5 LITROS	UN	1	20
17	CHALEIRA EM ALUMÍNIO 3,7 LITROS	UN	1	25
18	COLHER DE CHÁ, EM INOX PESO MÍNIMO 84 GRAMAS, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 22 x 105 x 275MM.	UN	1	48
19	COLHER DE MESA Em aço inox, tamanho 2,5X48,7X4	UN	1	392
20	COLHER DE SERVIR 60cm (comprimento), em aço inox.	UN	1	123
21	COLHER DE SOBREMESA Material aço inox, medindo 1,65X38X19	UN	1	480
22	COLHER PARA CALDEIRÃO PLANA, RESISTENTE, MATERIAL DE POLIPROPILENO, TAMANHO MÍNIMO DE 60 CM	UN	1	120
23	CONCHA EM INOX COM CABO DE APROXIMADAMENTE 30 CM, CONCHA COM O TAMANHO MÍNIMO DE 150 A 200 ML, COM NO MÍNIMO 5 CM DE ALTURA	UN	1	11
24	CONJUNTO DE CHÁ COM 6 XÍCARAS E 6 PIRES, CERÂMICA, FORMATO REDONDO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 ML, RESISTENTE A MICRO-ONDAS E LAVA LOUÇAS	UN	1	6
25	COPO DE INOX CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 250 ML	UN	1	50
26	COPOS DE VIDRO PARA ÁGUA 300 ML	UN	1	298
27	CUIA PARA CHIMARRÃO PORONGO NATURAL TAMANHO MÉDIO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE CIRCUNFERÊNCIA E 13 CM DE ALTURA	UN	1	300
28	CUMBUCAS EM AÇO INOX. Para alimentação das crianças, capacidade aproximada de 600 ml, diâmetro 16 cm	UN	1	385
29	ESCORREDOR DE LOUÇA INOX CAPACIDADE DE 12 PRATOS E COM PORTA TALHERES. MEDIDAS APROXIMADAS 40,5X35X17	UN	1	36
30	ESCORREDOR DE MASSA ( médio) EM INOX COM NO MÍNIMO 24 CM	UN	1	25
31	ESCUMADEIRA MÉDIA EM INOX, TAMANHO APROX. DE 30 CM DE COMP. CABO LONGO	UN	1	32
32	ESPETO EM AÇO INOX SEM CABO, COM TAMANHO MÍNIMO DE 70 CM	UN	1	30
33	ESPREMEDOR DE BATATAS EM ALUMÍNIO, MEDIDA MÍNIMA 22X8X10,5	UN	1	6
34	FACA DE MESA COM PONTA EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, MEDINDO NO MÍNIMO 2,20x21,30x1,10 (ALP)	UN	1	700
35	FACA GRANDE PARA CORTAR PÃO LAMINA DE AÇO INOX E CABO DE POLIPROPILENO, MEDIDA MÍNIMA DE 32CM	UN	1	23
36	FACA PARA CARNE EM AÇO INOX lâmina de no mínimo 20cm, cabo de no	UN	1	74

	mínimo 13cm, largura de no mínimo 5,5cm, com cabe de polipropileno.			
37	FORMA ASSADEIRA DE ALUMÍNIO Acom as seguintes medidas mínimas: 30 cm de largura, 20 cm de comprimento.	UN	1	2
38	FORMA ASSADEIRA DE ALUMÍNIO retangular alta, com as seguintes medidas mínimas: 30 cm de largura, 40 de comprimento e 6 cm de altura	UN	1	103
39	FRIGIDEIRA FUNDA CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS EM AÇO INOX	UN	1	2
40	FRIGIDEIRA RASA (PANQUEQUEIRA) COM TAMANHO MÍNIMO DE 22 CM, EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE, CABO DE BAQUELITE RESISTENTE AO CALOR.	UN	1	2
41	GALÃO DE LEITE - 5 LITROS com alça, com tampa rosqueável, medindo 27X17X27	UN	1	2
42	GALÃO DE LEITE 10 LITROS EM PVC, COM ALÇA, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, MEDINDO 34X22X34	UN	1	2
43	GARFO DE MESA INOX Medindo 1,87X23X18mm.	UN	1	620
44	GARFO GRANDE TOTALMENTE EM INOX - TIPO INDUSTRIAL	UN	1	38
45	GARRAFA TÉRMICA 1.8 LT Com alça, revestida em aço/ inox, ampola de vidro, sistema que evita pingos.	UN	1	120
46	GARRAFÃO TÉRMICO 5 LT Com torneira e tripé, com alça para facilitar o transporte. Material: Corpo Termoplástico de parede dupla, isolado termicamente com espuma de poliuretano - atóxico e reciclável.	UN	1	63
47	Jarra de plástico com tampa de 2l	UN	1	62
48	LEITEIRA COM CABO EM AÇO INOX CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS, DIMENSÕES MÍNIMAS DE: 21 CM (ALÇA ATÉ PONTA DO BICO) X 13,5 DIÂMETRO X 18 CM DE ALTURA	UN	1	37
49	MALETA PARA MEDICAMENTOS PEQUENA MATERIAL PP VIRGEM, ATÓXICO, TAMPA TRANSPARENT, COM ALÇA E FECHO. DESCRIÇÃO: MEDICAMENTOS OU FARMÁCIA. MEDIDAS MÍNIMAS LPA 19 X 15,7 X 10 CM	UN	1	50
50	ORGANIZADOR DE COMPRIMIDOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 8 DIVISÓRIAS, ABERTURA INDIVIDUAL,UM PARA CADA DIA DA SEMANA, MAIS UM RESERVA, LEGENDA EM PORTUGUÊS, DIMENSÕES MÍNIMAS 70X60X15	UN	1	50
51	ORGANIZADOR DE COMPRIMIDOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM 7 BOX INDIVIDUAIS E 4 COMPARTIMENTOS CADA UM, ABERTURA INDIVIDUAL, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 14.5X8X25cm, LEGENDA EM PORTUGUÊS.	UN	1	50
52	ORGANIZADOR DE COMPRIMIDOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM 7 DIVISÓRIAS, ABERTURA INDIVIDUAL, UMA PARA CADA DIA DA SEMANA, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 7,7 X 1,8 X 7,7 CM, LEGENDA EM PORTUGUÊS	UN	1	100
53	PANELA BAIXA Nº 40 EM ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 16L, ALTURA14CM, PEGADOR EM MADEIRA, CABO E ALÇA ANTITÉRMICO.	UN	1	60
54	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS material alumínio, com válvula de pressão, válvula de segurança em silicone, altura 29cm (altura) X 24cm (largura) X 24cm (diâmetro) X 43cm (comprimentos), com cabo e alça antitérmico.	UN	1	33
55	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL 20 LITROS EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 36.5CM X 31CM - DIAMETRO MÍNIMO DE 30CM, PESO MÍNIMO DE 5,8KG	UN	1	32
56	PANELA TIPO PAELLERA ANTIADERENTE Nº 36 Com 5 camadas de antiaderente interno e externo, cabo em baquelite. Material: alumínio puro revestido com antiaderente, Material do pegador: baquelite antitérmico. Antiaderente: sim (5 camadas). Dimensões mínimas: Capacidade: 4,2 cm, Altura 5,5 cm e Diâmetro: 36 cm	UN	1	38
57	PANELA TIPO PAELLERA ANTIADERENTE Nº 40 com 5 camadas de antiaderente interno e externo, cabo em baquelite e tampa de vidro temperado com bordas em aço inox. Material: alumínio puro revestido com antiaderente/Material da tampa: vidro temperado/ Material do pegador: baquelite antitérmico	UN	1	3
58	PEGADOR PARA MASSA AÇO INOX Tamanho Mínimo: Comprimento: 205 mm, Largura: 48 mm, Altura: 49 mm, com bojo dentado..	UN	1	48
59	PENEIRA PARA ARROZ/SEMENTES EM AÇO INOXIDÁVEL, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 3 CM PROFUNDIDADE DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 40 CM, COM MALHA MÍNIMA 10	UN	1	1
60	PENEIRA PARA SEMENTES EM AÇO INOXIDÁVEL, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 5 CM, DIÂMETRO MÍNIMO DE 20 CM, TAMANHO DE ORIFICIO MÍNIMO DE 2 MM	UN	1	1
61	PENEIRA, MATERIAL EM INOX MEDIDAS MÍNIMAS DE 28 CM DE ALTURA, LARGURA 14 CM E PROFUNDIDADE DE 5 CM, COM MALHA MÍNIMA 10	UN	1	28
62	PINÇA ANATÓMICA DISSECÇÃO, SEM DENTE, EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO MÍNIMO DE 20 CM	UN	1	4
63	PIPOQUEIRA EM ALUMÍNIO ANTIADERENTE, CORPO DE ALUMÍNIO	UN	1	9

	REFORÇADO, CABO DE BAQUELITE ANTITERMICO,TAMPA COM FURO PARA SAIDA DE VAPOR, CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 LITROS			
64	POTE PLÁSTICO - 2 LITROS PARA ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS, TRANSPARENTE LIVRE DE BPA, FORMATO QUADRADO, FECHAMENTO HERMENEUTICO, PODENDO SER ARMAZENADO EM FREEZER E LEVADO AO MICRO ONDAS, MEDINDO 1,65X16X13	UN	1	140
65	POTE PLASTICO 1 LITRO - PARA ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS PLASTICO TRANSPARENTE LIVRE DE BPA, FORMATO QUADRADO, FECHAMENTO HERMENEUTICO, PODENDO SER ARMAZENADO EM FREEZER E LEVADO AO MICRO ONDAS. BOA QUALIDADE. TAMANHO 16X16X7,5	UN	1	136
66	POTE PLÁSTICO 4 LITROS - COM TAMPA PARA ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS, PLASTICO TRANSPARENTE LIVRE DE BPA, FORMATO QUADRADO, FECHAMENTO HERMENEUTICO, PODENDO SER ARMAZENADO EM FREEZER E LEVADO AO MICRO ONDAS	UN	1	136
67	POTE PLÁSTICO COM TAMPA TRANSPARENTE LIVRE DE BPA, FORMATO QUADRADO, FECHAMENTO HERMENEUTICO, PODENDO SER ARMAZENADO EM FREEZER E LEVADO AO MICRO ONDAS, CAPACIDADE DE 5,5 LITROS, MEDINDO 30 X 21,5 X 9,4	UN	1	30
68	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, 4,3 LITROS transparente, retangular, medida Mínimas: 28 cm x 21cm x 10 cm.	UN	1	100
69	POTE REDONDO EM PLÁSTICO PVC TRANSPARENTE, COM TAMPA DE ROSCA, COM 100% DE VEDAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 ML, MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,5 CM DE LARGURA E 6,3 CM ALTURA	UN	1	50
70	POTES DE PLÁSTICO - 03 LITROS COM TAMPA PARA ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS, PLASTICO TRANSPARENTE LIVRE DE BPA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO HERMENEUTICO, PODENDO SER ARMAZENADO EM FREEZER E LEVADO AO MICROONDAS, MEDINDO 29.5X16.5X9	UN	1	34
71	PRATO FUNDO Em vidro temperado, transparente, diâmetro de no mínimo 21 cm	UN	1	822
72	PRATO TAMANHO MÉDIO EM VIDRO TEMPERADO, DIÂMETRO MÍNIMO DE 21 CM	UN	1	236
73	Panela de pressão, 4,5 litros material alumínio, com válvula de pressão, válvula de segurança em silicone	UN	1	2
74	Prato de inox Para alimentação das crianças, fundo, prato em formato ergonômico, não cortante. Dimensões mínimas: comprimento 21 cm, largura 21 cm, altura 4 cm .	UN	1	290
75	RALADOR 4 FACES INOX. DIMENSÕES 11X8,5X24	UN	1	1
76	TÁBUA DE CORTE RETANGULAR, MATERIAL POLIETILENO, COM AS MEDIDAS MÍNIMAS DE: 40 x 24 x 0,8 cm	UN	1	78
77	Travessa Assadeira de vidro temperado retangular, funda, de no mínimo 2,200 litros, com alças laterais, medidas mínimas de 5,3 de altura, 20,4 largura e 30,4 comprimento.	UN	1	3
78	Varal de chão com abas Estrutura: tubo de aço. Acabamento: pintura epóxi a pó. Peças plásticas: polipropileno. Dimensões mínimas: (L x A x P) 56 x 94 x 152 cm.	UN	1	45
79	XÍCARA AMBAR, 200ML	UN	1	20
80	XÍCARA PARA CHÁ 240 ML COM PIRES, MEDINDO 13,7X6,6	UN	1	6
81	Gancho ajustável para manuseio de serpentes em aço inox, tamanho mínimo de 16 cm x 4,5 cm, com alcance máximo ajustável de 68 cm	UN	1	1

- 1- **Local de Entrega do Material:** Os materiais solicitados deverão ser entregues no Almojarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 h, onde serão conferidos e assinado o recebimento pelo fiscal do contrato a ser designado posteriormente.
- 2- **Prazo de Entrega:** 10 dias a contar da solicitação feita pelo setor competente.
- 3- **Frete por conta do proponente.**
- 4- Será designado o Servidor Luciano Simioni, inscrito no CPF nº 955.391.740-20, para ser o Fiscal do Contrato.

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE CUMPRIMENTO AO  
DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**DECLARAÇÃO**

Ref. Ao Pregão Eletrônico nº 46/2022

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

a) que sua empresa não foi considerada **inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;

b) o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável  
**CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA**

### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declara, para fins de participação na licitação de Pregão Eletrônico nº 46/2022, que:

( ) é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

( ) é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06;

( ) é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n.º 123/06)

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do profissional contábil:

Nº de seu registro junto ao CRC:

**CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA**

## **ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

Pelo presente termo de contrato, de um lado o Município de Tapejara, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 87.615.449/0001-42, com sede na Rua do Comércio, nº 1468, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Evanir Wolff, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3017284674, CPF nº 453.376.750-87, residente e domiciliado na Rua Ângelo Dalzotto, nº 254 apto: 601 - Bairro Centro, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ nº....., com sede na....., nº....., bairro....., na cidade de....., neste ato representada pelo Sr. ...., brasileiro, casado, (profissão), portador da carteira de identidade nº....., CPF nº....., residente e domiciliado na rua....., nº....., bairro....., na cidade de....., doravante denominada CONTRATADA, com base na licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 46/2022, na Lei nº 8.666/93, assim como em conformidade com as condições do edital referido, e termos da proposta, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de (quantidade), de:

**(descrição do objeto).**

### **Cláusula Segunda - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO**

O prazo para o fornecimento do (descrição do objeto) será de até 10 dias após a emissão da ordem de fornecimento, e deverá ser a entregue no Almojarifado da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 h, onde serão conferidos e assinado o recebimento pelo fiscal do contrato que será designado posteriormente.

### **Cláusula Terceira - DO PREÇO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento de que trata o presente contrato, a importância de R\$......

#### **Cláusula Quarta - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança, após a entrega e conferência dos materiais.

Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente a mercadoria entregue ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 46/2022.

No caso de atraso de pagamento pela CONTRATANTE, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

**19.7.** Quando requerido pela administração Municipal, a CONTRATADA obriga-se a apresentar os documentos acima relacionados no formato original (no caso de não ser gerado na internet).

**19.8.** A falsificação de qualquer documento aqui listado ensejará o responsável em crime previsto na legislação.

#### **Cláusula Quinta - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Os valores do presente contrato, não pagos na data aprazada deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo índice IPCA, calculado prórata mês.

#### **Cláusula Sexta - DO RECURSO FINANCEIRO**

As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

104.05.01.20.122.0007.2021.3.3.3.90.,30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

84.04.01.04.123.0006.2019.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

347.09.01.10.122.0012.2066.3.3.3.90.30.000000.0040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

177.06.01.12.361.0107.2036.3.3.3.90.30.000000.0020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

29481.14.02.13.392.0112.2052.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO.

449.13.01.08.122.0013.2084.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

26.02.01.04.122.0002.2006.3.3.3.90.30.000000.0001 – GABINETE DO PREFEITO.

## **Cláusula Sétima - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

### **1 - Dos direitos**

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

### **2 - Das obrigações**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer os materiais, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na autorização.
- b) A licitante deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.
- c) A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais ou comerciais.

### **Cláusula Oitava - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

### **Cláusula Nona - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

#### **Cláusula Décima – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

#### **Cláusula Décima Primeira - DA VINCULAÇÃO**

O presente contrato está vinculado ao edital de Pregão Eletrônico 46/2022, à proposta do vencedor e à Lei nº 8.666/93.

#### **Cláusula Décima Segunda - DAS OMISSÕES**

Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, inclusive em suas omissões.

#### **Cláusula Décima Terceira - DA GARANTIA DO MATERIAL**

O objeto do presente contrato tem garantia de 90 (noventa) dias quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

#### **Cláusula Décima Quarta - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do presente contrato será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

#### **Cláusula Décima Quinta - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra com a entrega total dos materiais previstos por este, ou em 12 (doze) meses, vinculado ao edital e condições de entrega e validade do Pregão Eletrônico 46/2022.

**Cláusula Décima Sexta - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Tapejara para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Tapejara, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Evanir Wolff  
Prefeito Municipal de Tapejara

\_\_\_\_\_  
Empresa:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: